GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

Ricardo Ramalho defende que valores de transparência e rigor "fazem parte do ADN" do Partido Socialista

"No entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista toda e qualquer atividade pública deve estar sujeita ao escrutínio dos cidadãos e das respetivas entidades competentes. É desta forma que entendemos também que todas as nomeações para cargos públicos devem ser totalmente transparentes e alvo de escrutínio público", afirmou Ricardo Ramalho, esta terça-feira, no parlamento açoriano.

O deputado do PS/Açores defendeu que valores de transparência, rigor e exigência "fazem parte do ADN do Partido Socialista", bem como a necessidade "constante" de prestar contas aos cidadãos. Por esse motivo, Ricardo Ramalho assegurou que "tanto no passado, como no presente, toda e qualquer nomeação efetuada para os gabinetes dos membros do Governo cumpriu os princípios legais, e acima de tudo, garantiu sempre todos os instrumentos que permitem aos cidadãos um escrutínio sobre as mesmas com total transparência, abertura e rigor".

"Todos nós sabemos que esta informação está disponível no sitio electrónico do Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores. Sitio, aliás, que foi recentemente modernizado reforçando assim a transparência da ação governativa nos Açores", afirmou o parlamentar. Segundo Ricardo Ramalho, esta plataforma está capacitada com funcionalidades "inovadoras que garantem a qualquer cidadão acompanhar com mais rapidez, qualidade e proximidade as publicações dos atos executivos e legislativos nos Açores".

"Existe ainda outro portal público electrónico, intitulado, Roteiro da Administração Regional e Local da Região Autónoma dos Açores, que foi criado com o intuito de fornecer mais informação pública a todos os interessados", acrescentou.

"Temos efetivamente aumentado a transparência e a promoção de mecanismos que permitam aos cidadãos mais proximidade e eficácia no acompanhamento das políticas públicas financiadas pelos impostos de todos os cidadãos, na nossa Região", concluiu Ricardo Ramalho.

Horta, 13 de fevereiro de 2019.